



UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2014

UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES
PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO
PORTO [UDIPSS-PORTO]

FEVEREIRO DE 2015

1. CRUZANDO A BARREIRA INVISÍVEL

“Dificuldades e obstáculos são fontes valiosas de saúde e força para qualquer sociedade”

Albert Einstein

A União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Porto iniciou, em 2013, um novo rumo estratégico com o objetivo de contribuir, de uma forma mais activa, para a sustentabilidade das IPSS.

A estratégia assenta em três eixos: (1) “Solidariedade 2.0 – Capacitar as Organizações Sociais”; (2) “Entre o Passado e o Futuro – Promover a Inovação Social”; (3) “Manipular a Agenda Para um Futuro Melhor – Construir Redes”. Do ano de 2014 destacamos a importância dada pela UDIPSS – Porto ao acompanhamento mais próximo das suas Associadas, que se traduziu na realização de três iniciativas que não estavam inicialmente previstas no seu Plano de Actividades: o “Cruzando a Barreira Invisível – O que podemos aprender com o Steve Jobs, a Madre Teresa e o D. Sebastião”, que explorou temas como os valores por detrás da acção social, os desafios da liderança de organizações sociais e o papel do investimento social no futuro do sector; a realização de uma sessão de esclarecimento exclusivamente dedicada às Associadas, sobre as alterações legislativas ao Estatuto das IPSS; e ainda a criação de um Plano de Comunicação, que inclui uma presença mais forte nas redes sociais e a criação de uma newsletter quinzenal.

Destacamos ainda a realização do evento “Porto Activo – Um Fórum Para a Sustentabilidade”, em Amarante, bem como a colaboração na organização da grandiosa Festa da Solidariedade, no Porto, que contou com uma enorme adesão da parte das Associadas da UDIPSS – Porto.

O quadro seguinte reflecte o grau de concretização dos objectivos definidos:

OBJECTIVO ESTRATÉGICO	OBJECTIVOS OPERACIONAIS	AT. PREV.	AT. EXEC.
Orientação estratégica 1: Solidariedade 2.0 – capacitar as organizações sociais	1.1 Reforço da capacidade de prestação de serviços de consultoria às IPSS	1	1
	1.2 Continuação da recuperação do edifício-sede UDIPSS-PORTO	1	0
	1.3 Implementação do Projecto MAIS_2 – Melhor Ação e Inovação Social	1	1
	§ Realização do "Cruzando a Barreira Invisível – O que podemos aprender com o Steve Jobs, a Madre Teresa e o D. Sebastião"	0	1
	§ Realização de uma sessão de esclarecimento exclusivamente dedicada às Associadas, sobre as alterações legislativas ao Estatuto das IPSS	0	1
Orientação estratégica 2: Entre o passado e o futuro - promover a inovação social	2.1 Desenvolvimento do Projeto "PORTO ATIVO: Um Fórum para a Sustentabilidade"	1	1
	2.2 Organização da Festa da Solidariedade, no Porto	1	1
Orientação estratégica 3: Manipular a agenda para um futuro melhor – construir redes	3.1 Representação da UDIPSS- PORTO em actos oficiais	N/A	N/A
	3.2 Desenvolvimento de Contactos com a Administração Pública e com outros atores- chave determinantes para o desenvolvimento da atividade das IPSS	N/A	N/A
	3.3 Participação em Atividades das Associadas	N/A	N/A
	3.4 Promoção do intercâmbio com instituições congêneres nacionais e internacionais	N/A	N/A
	3.5 Consolidar e robustecer a rede de parcerias de acordo com os objectivos estratégicos traçados	N/A	N/A

Quadro 1 – Objectivos estratégicos e objectivos operacionais

2. Monitorização do Plano de Actividades 2014

De acordo com o atrás exposto e feita a ponte entre o plano estratégico e o plano de actividades de 2014 cumpre-nos elencar as actividades desenvolvidas no âmbito de cada um dos eixos estratégicos de intervenção.

1. SOLIDARIEDADE 2.0: CAPACITAR E QUALIFICAR AS IPSS DO DISTRITO DO PORTO

1.1. Reforço da Capacidade de prestação de serviços de consultoria às IPSS

Neste âmbito, a UDIPSS-PORTO desenvolveu, ao longo do ano de 2014, uma bolsa de consultores externos de elevadíssima qualidade, que colocou ao dispor das Associadas que procuraram os seus serviços de consultoria, tanto a nível financeiro como estratégico. Destacamos também o esforço acrescido da UDIPSS – Porto neste campo, que contratou nos meses finais de 2014 um novo colaborador, altamente especializado nas áreas da economia, finanças e gestão de organizações sociais, que trará de futuro uma capacidade de resposta a esta valência ainda mais profunda e próxima das IPSS.

1.2. Continuação da recuperação do edifício-sede da UDIPSS - Porto

Neste âmbito, a UDIPSS-PORTO tem desenvolvido um trabalho responsável no processo de reestruturação e requalificação da sua sede no sentido de a tornar verdadeiramente o ponto de encontro de todas as IPSS do Porto.

Todavia, as restrições orçamentais não permitiram a sua continuidade no ano de 2014. Nesta perspetiva, a Direção da UDIPSS-PORTO apenas garantiu a sua manutenção e adequação às necessidades mais prementes ao longo do ano.

1.3. Implementação do Projecto “MAIS_2 – Melhor Ação e Inovação Social”

O Projeto MAIS – Melhor Ação e Inovação Social – é um projeto promovido pela UDIPSS-PORTO em parceria com a TESE, a Católica Porto Business School, o Montepio, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Accenture e a Impulso Positivo. O Projeto tem como objetivo contribuir para a promoção da Inovação social nas IPSS através de um conjunto de metodologias complementares (1) Formação – Gestão e Planeamento Estratégico, Marketing e Angariação de Fundos, Sustentabilidade Financeira e Gestão de Pessoas; (2) Consultoria Cirúrgica; (3) Produção de Estudos de Caso que sirvam de referência para outras organizações; (4) Clusters temáticos que promovam a aprendizagem inter-organizacional.

Em 2014, a UDIPSS-PORTO contribuiu activamente para o lançamento da 2.ª edição deste programa (edição cuja execução prosseguirá em 2015), que gozou um enorme sucesso junto das instituições sociais do distrito do Porto. Cumpre, a este propósito, realçar que as candidaturas a cada módulo excederam regularmente o triplo das vagas disponíveis.

§ Realização do “Cruzando a Barreira Invisível – O que podemos aprender com o Steve Jobs, a Madre Teresa e o D. Sebastião?”

Este evento pretendeu levar até às organizações sociais do distrito do Porto uma discussão inovadora e esclarecida sobre os principais desafios do sector, nomeadamente nas áreas da gestão, do investimento social e da colaboração entre instituições. Foi um dia marcado por uma enorme partilha e comunhão, numa Atmosfera M totalmente lotada. Dos resultados dos inquéritos de satisfação destacamos que quase 80% dos participantes classificaram como “Bons” ou “Muito Bons” os painéis apresentados.

Destacamos também que, como boa prática, elaboramos um relatório detalhado sobre o evento, que inclui o tratamento estatístico pormenorizado dos resultados dos inquéritos de satisfação.

§ Realização de uma sessão de esclarecimento exclusivamente dedicada às Associadas sobre as alterações legislativas ao Estatuto das IPSS

A UDIPSS – Porto, uma parceira activa e atenta das suas Associadas, organizou uma sessão de esclarecimento acerca das alterações legislativas introduzidas no Estatutos das IPSS. Tal sessão, conduzida pelo Dr. Rui Silva, Advogado e Consultor Jurídico da UDIPSS – Porto, bem como pela Dra. Maria José Miranda, Advogada e Tesoureira da Direcção da UDIPSS – Porto, foi marcada pela extraordinária adesão e interesse das Associadas. O n.º de inscrições, que quase atingiu as 300, obrigou inclusive a organização a mudar o local originalmente previsto para a realização do evento.

2. ENTRE O PASSADO E O FUTURO – PROMOVER A INOVAÇÃO SOCIAL

2.1. Desenvolvimento do Projecto “PORTO ATIVO: Um Fórum Para a Sustentabilidade”

O PORTO ATIVO foi desenvolvido com o intuito de garantir a participação regular das IPSS associadas na vida da UDIPSS-PORTO através de reuniões e discussões informais e concelhias entre IPSS sobre estratégias para a sua sustentabilidade, com base em recursos e estratégias locais. Em 2013, a UDIPSS-PORTO promoveu reuniões em Penafiel, Amarante e Gondomar, reuniões que culminaram na organização bem-sucedida de um evento público, em Amarante, no final do mês de Março de 2014, sob o título “Trabalhar em Rede – Desafios e Oportunidades”.

2.2. Colaboração na organização da Festa da Solidariedade, no Porto

Destacamos também a importância da colaboração na organização da Festa da Solidariedade, no Porto. Em estreita colaboração com a CNIS, a UDIPSS – Porto teve um papel fundamental na organização da Festa da

Solidariedade, bem como na mobilização das organizações sociais do Distrito para o acompanhamento da Chama da Solidariedade no seu périplo pela região, viagem essa que culminou no Palácio de Cristal, bem no centro do Porto, onde a Chama se reuniu com o Congresso da CNIS e com a Festa da Solidariedade, numa grande demonstração de vitalidade e união do sector.

3. MANIPULAR A AGENDA PARA UM FUTURO MELHOR: CONSTRUIR REDES

A UDIPSS-PORTO manteve a representação num conjunto de fóruns e redes sobretudo com acção relevante no planeamento local e regional, na implementação e definição de políticas públicas e com capacidade de decisão na afectação de recursos públicos às necessidades sociais. Assim, a UDIPSS-PORTO teve uma participação ativa no **Núcleo Executivo da Rede Social do Porto**, no **Conselho Municipal de Educação do Porto**, no **Conselho Municipal de Segurança do Porto**, no **Conselho Geral do Liceu Alexandre Herculano** e na **Comissão de Avaliação dos Acordos de Cooperação** assim como o **Conselho Geral da CNIS**. Paralelamente, manteve a sua participação na **Plataforma Territorial Supraconcelhia do Grande Porto e do Tâmega** através da sua integração no respetivo **Grupo Operativo**. Destacamos também a integração no **Grupo Operativo do Núcleo Executivo da Rede Social do Porto**, criado em 2014 com o objectivo de facilitar a operacionalização do **Plano de Actividades da Rede Social do Porto**.

No domínio protocolar a UDIPSS-PORTO manteve **o acordo de parceria com a Benéfica e Previdente para a prestação de serviços de Medicina e Higiene no trabalho e com a MACIF no domínio dos seguros**.

A Direcção da UDIPSS-PORTO reuniu por 13 vezes em 2014 e participou, ao longo do ano e sempre que possível, em **inúmeras acções desenvolvidas, protagonizadas ou promovidas por IPSS suas associadas**.

4. Conclusão

Em suma, este foi um ano pleno de actividade para a UDIPSS – Porto, mas também de grandes desafios.

Como vimos acima, os pressupostos com que iniciamos o ano nem sempre se confirmaram. Encontramos obstáculos inesperados mas também oportunidades imprevistas, que resultaram em excelentes momentos de profunda partilha e crescimento com as nossas Associadas.

Acreditamos que o ano de 2014 foi, globalmente, positivo para o sector social, tanto a nível distrital como nacional, mas acreditamos também que foi apenas mais um passo, ao qual se seguirá outro em 2015, no caminho que estamos a trilhar de promoção da sustentabilidade, da inovação social e da solidariedade no sector social e solidário nacional.

Porto, 9 de Fevereiro de 2015

A DIRECÇÃO,

Pe. José Lopes Baptista (Presidente)

Amadeu Branquinho (Vice-Presidente)

Maria José Miranda (Tesoureira)

Conceição Costa (Secretária)

Rui Leite de Castro (Vogal)



UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2014

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/14	31/dez/13
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	445 522,11	447 194,93
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	29 741,20	23 801,96
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		475 263,31	470 996,89
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Clientes	12.3	4 939,86	8 984,95
Adiantamentos a fornecedores	12.8	26,78	25,00
Estado e outros entes públicos	12.9	0,00	3 857,98
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.2	25 930,00	22 240,00
Outras contas a receber	12.4	8 562,81	26 063,22
Diferimentos	12.5	386,35	427,39
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	12.6	74 490,83	37 592,40
		114 336,63	99 190,94
Total do activo		589 599,94	570 187,83
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.7	19 236,13	19 236,13
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12.7	40 882,51	12 118,20
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	9 / 12.7	200 390,00	200 390,00
		260 508,64	231 744,33
Resultado líquido do período		47 469,20	28 764,31
Total do fundo de capital		307 977,84	260 508,64
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	247 368,41	263 157,89
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		247 368,41	263 157,89
Passivo corrente			
Fornecedores	12.8	1 509,32	1 529,60
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	12.9	1 378,59	513,03
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	12.5	7 973,65	0,00
Outras contas a pagar	12.10	23 422,13	44 478,67
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		34 283,69	46 521,30
Total do passivo		281 652,10	309 679,19
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		589 629,94	570 187,83

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	8	86 087,29	92 853,89
Subsídios, doações e legados à exploração	12.11	17 866,92	8 812,56
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	12.12	-21 136,03	-31 015,92
Gastos com o pessoal	10	-36 471,06	-43 152,48
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.13	0,92	0,00
Outros rendimentos e ganhos	12.14	33 615,73	34 968,99
Outros gastos e perdas	12.15	-17 290,60	-17 703,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		62 673,17	44 763,32
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-1 642,82	-1 642,81
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		61 030,35	43 120,51
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	7 / 12.15	-13 561,15	-14 356,20
Resultados antes de impostos		47 469,20	28 764,31
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		47 469,20	28 764,31

A Direção

TOC

UDIPSS - PORTO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		98 503,96	115 378,16
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-11 277,12	-24 581,75
Pagamentos ao pessoal		-28 511,21	-31 113,23
Caixa gerada pelas operações		58 715,63	59 683,18
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		5 218,61	-16 716,49
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		63 934,24	42 966,69
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		2 260,34	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	12.16	54,48	38,59
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		2 314,82	38,59
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	7	-15 789,48	-15 789,48
Juros e gastos similares	7 / 12.16	-13 561,15	-14 356,20
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-29 350,63	-30 145,68
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		36 898,43	12 859,60
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		37 592,40	24 732,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.6	74 490,83	37 592,40

A Direcção

O TOC



UDIPSS-PORTO
união distrital das instituições
particulares de solidariedade
social do porto

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2014

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação.....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	8
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	9
6	Ativos Intangíveis.....	9
7	Custos de Empréstimos Obtidos.....	10
8	Rédito.....	10
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	10
10	Benefícios dos empregados.....	11
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
12	Outras Informações.....	11
12.1	Investimentos Financeiros.....	11
12.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	12
12.3	Clientes e Utentes.....	12
12.4	Outras contas a receber.....	12
12.5	Diferimentos.....	12
12.6	Caixa e Depósitos Bancários.....	12
12.7	Fundos Patrimoniais.....	13
12.8	Fornecedores.....	13
12.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	13
12.10	Outras Contas a Pagar.....	13
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração.....	14
12.12	Fornecimentos e serviços externos.....	14
12.13	Aumentos / reduções justo valor.....	14
12.14	Outros rendimentos e ganhos.....	14
12.15	Outros gastos e perdas.....	15
12.16	Resultados Financeiros.....	15
12.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

1 Identificação da Entidade

A União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Porto (UDIPSS-PORTO) é uma organização sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) com estatutos publicados no Diário da República n.º24, III Série, de 29 de Junho de 2004, com sede na Rua do Carvalhido, 187 - Porto. A UDIPSS-Porto é a expressão organizada da cooperação entre as IPSS, sedeadas no Distrito do Porto, visando proteger o quadro de valores éticos e filosóficos que lhes é comum e dotando-as de modelos capazes de sustentar o seu desenvolvimento e a sua progressiva qualificação através de apoio técnico, administrativo, contabilístico, de formação, informação e de promoção e defesa dos seus interesses, e das populações a quem servem, junto da administração central, local e regional.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de

liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade,

as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento administrativo	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – P FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor.

O reembolso irá corresponder ao montante para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Neste caso os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer resultados de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2013	Adições	Abate	Transferência	31-12-2014
Terreno	25.097,50				25.097,50
Edifício	75.292,50				75.292,50
Equipamento Administrativo	17.728,53				17.728,53
Investimentos em curso	356.964,61				353.964,61
Ativo Tangível Bruto	434.560,59	37.522,55	0,00	0,00	472.083,14
Depreciações Acumuladas					
Edifício	7.529,61	1.505,85			9.035,10
Equipamento Administrativo	17.358,96	136,97			17.495,93
Depreciações Acumuladas	24.888,21	1.642,82	0,00	0,00	26.531,03
Ativo Tangível Líquido	447.194,93	1.642,82	0,00	0,00	445.552,11

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2013	Adições	Abate	Transferência	31-12-2014
Programas de Computador	8.361,67				8.361,67
Ativo Intangível Bruto	8.361,67	0,00	0,00	0,00	8.361,67
Amortizações Acumuladas					
Programas de Computador	8.361,67				8.361,67
Amortizações Acumuladas	8.361,67	0,00	0,00	0,00	8.361,67
Ativo Tangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos foram reconhecidos em 2014 como gastos.

Descrição	2014			2013		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimo Novo Banco	0,00	247.368,41	247.368,41	0,00	263.157,89	263.157,89
Total	0,00	247.368,41	247.368,41	0,00	263.157,89	263.157,89

O reembolso da dívida da Entidade, referente ao empréstimo obtido, detalham-se como segue:

Descrição	2014			2013		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Empréstimo Novo Banco	15.789,48	13.561,15	29.350,63	15.789,48	14.356,20	30.145,68
Total	15.789,48	13.561,15	29.350,63	15.789,48	14.356,20	30.145,68

8 Rédito

Para os períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2014	2013
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas e joias	86.087,29	80.937,29
Formação	0,00	6.704,00
Formação "MAIS"	0,00	5.212,00
Subtotal	86.087,29	92.853,89
Juros		
Depósitos bancários	54,48	38,59
Total	86.141,77	92.892,48

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

DESCRIPÇÃO	2014				2013		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
Instituto Segurança Social	Não Reembolsável	100.000,00			100.000,00		
IEFP	Não Reembolsável			1.560,23			0,00
Total		100.000,00	0,00	1.560,23	100.000,00	0,00	0,00

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2014 e 2013, foi de 11 elementos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2014 foi de “3” (inclui estágio profissional) e em 2013 de “2”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações ao pessoal	28.563,70	35.485,01
Encargos sobre as Remunerações	5.675,98	7.119,07
Seguros de Acidentes no Trabalho	260,87	248,40
Outros Gastos com o Pessoal - Formação	117,00	300,00
Estágio Profissional	1.853,51	0,00
Total	36.471,06	43.152,48

A UDIPSS-PORTO usufruiu, no ano 2014, do serviço de medicina no trabalho a título gratuito cujo valor se estima em 80,50€.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2014	2013
Investimentos em subsidiárias	24.651,48	18.801,96
Cálculo 3S, Lda - Método de Equivalência Patrimonial	24.259,48	16.005,91
Cálculo 3S, Lda - Empréstimos Concedidos	392,00	2.796,05
Investimentos em associadas	5.000,00	5.000,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
ACS – Agência Consultoria Social	5.000,00	5.000,00
Outros Investimentos Financeiros	89,72	0,00
Fundo de Compensação Trabalho	89,72	0,00
Total		23.801,96

12.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Associados - Quotas	25.930,00	22.240,00
Total	25.930,00	22.240,00

12.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2014 e 2013 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2014	2013
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	7.785,91	8.984,95
Perdas por imparidade	-2846,05	-2846,05
Total	4.939,86	8.984,95

12.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Outros Devedores	1.889,09	2.089,09
Estado e outros Entes Públicos - ISS	0,00	23.974,13
IEFP	6.673,72	0,00
Total	8.562,81	26.063,22

12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Gastos a Reconhecer		
Seguros	386,35	242,89
Aluguer impressora Multifunções	0,00	184,50
Total	386,35	427,39
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	7.973,65	0,00
Total	7.973,65	0,00

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2014	2013
Caixa	173,80	370,94
Depósitos à ordem	54.317,03	37.221,46
Depósitos a prazo	20.000,00	0,00
Total	74.490,83	37.592,40

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	19.236,13	0,00	0,00	19.236,13
Resultados transitados	12.118,20	28.764,31	0,00	40.882,51
Outras variações nos fundos patrimoniais				
- Subsidio ISS	100.000,00			100.000,00
- Doações	100.390,00			100.390,00
Total	231.744,33	28.764,31	0,00	260.508,64

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Ativo		
Adiantamento a Fornecedores	26,78	25,00
Total	26,78	25,00
Passivo		
Fornecedores	1.509,32	1.504,60
Total	1.509,32	1.504,60

12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (reembolso IVA)	0,00	3.857,98
Total	0,00	3.857,98
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	575,00	252,57
Segurança Social	795,59	260,46
Fundos de Compensação Trabalho	8,00	0,00
Total	1.378,59	513,03

12.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		251,10		250,10
Fornecedores de Investimentos		0,00		41.263,65
Credores por acréscimo de gastos		4.654,54		2.417,93
Tese/Católica/Gulbenkian		15.972,06		0,00
Outros credores		2.544,43		546,99
Total	0,00	23.442,13	0,00	44.478,67

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2014 e 2013, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2014	2013
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.560,23	0,00
Subsídios outras entidades - CNIS	4.292,56	4.732,56
Subsídios outras entidades - Gulbenkian	12.014,13	4.080,00
Subsídios outras entidades	0,00	0,00
Total	17.866,92	8.812,56

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	12.228,00	18.125,54
Materiais	1.133,36	2.159,39
Energia e fluidos	2.478,29	2.977,89
Deslocações, estadas e transportes	1.170,68	4.695,98
Serviços diversos	4.125,70	3.057,12
Total	21.136,03	31.015,92

12.13 Aumentos / reduções justo valor

A Entidade reconheceu em 2014 ganhos de "justo valor" nos seguintes instrumento financeiro:

Descrição	2014	2013
FCT – Fundo de Compensação	0,92	0,00
Total	0,92	0,00

12.14 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Rendimentos Suplementares	0,00	735,71
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8.253,57	11.421,29
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	12.000,00	12.000,00
Outros rendimentos e ganhos	13.307,68	10.773,40
Juros depósitos	54,48	38,59
Total	33.615,73	34.968,99

12.15 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Impostos	1.658,20	1.794,04
Dívidas incobráveis	300,00	1.250,00
Correções exercícios anteriores	320,00	7.459,68
Outros Gastos e Perdas – Quotas CNIS	6.380,00	7.200,00
Pagamento Tese/Católica	8.482,40	0,00
Outros Gastos	150,00	0,00
Total	17.270,60	17.703,72

12.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2013
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	13.561,15	14.356,20
Total	13.561,15	14.356,20
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos – de depósitos	54,48	38,59
De financiamentos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	54,48	38,59
Resultados Financeiros	-13.506,67	14.317,61

12.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pela Direção em 9 de Fevereiro de 2014.

Porto, 9 de Fevereiro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção